



Direitos Humanos dos POVOS ROMANI (Ciganos)

Lucimara Cavalcante
Associação Internacional Maylê Sara
Kalí (AMSK/Brasil)



Ciclo de Debates
Ciganos:
uma história invisível

Em comemoração ao
Dia Internacional dos Romani

Auditório da Reitoria - Universidade de Brasília
Campus Universitário Darcy Ribeiro - Prédio da Reitoria, 3º andar
Horário: 8:00h às 12:00h e 19:00h às 22:00h

9 Abril 2012, segunda-feira
DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS PÚBLICAS
PARA OS CIGANOS

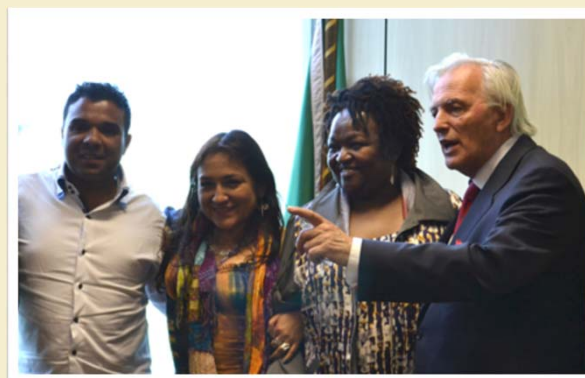
10 Abril 2012, terça-feira
EDUCAÇÃO E CULTURA CIGANA

1ª Mostra Fotográfica da AMSK Brasil:
Ciganos entre amigos

Inscrição no local

REALIZAÇÃO:  APOIO: 

2012



Bruno Gonçalves (Mediador ROMED, Portugal); **Ana Dalila Gomez Baos** (Coordenadora geral do Proceso Organizativo del Pueblo Rrom Gitano de Colombia - PRORROM); **Profª Silvany Euclênio** (Secretária de Políticas para Comunidades Tradicionais - SECOMT/SEPPIR); **Juan de Dios Ramirez Heredia** (Presidente da Unión Romani, Espanha)

2012

- Ouvidoria Nacional da SEPIR/PR, Dr. Carlos Alberto Silva;
- Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC/MPF), Subprocurador Aurélio Veiga Rios, Subprocurador Luciano Mariz Maia;
- 6ª Câmara de Coordenação e Revisão (6ª CCR/MPF), Subprocuradora Debora Duprat;
- Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa do Senado Federal (CDH Senado).

AUDIÊNCIA PÚBLICA
"DIREITOS DOS POVOS CIGANOS"

Data: 12/12/2012, das 9h às 12h

Local: Plenário II, Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho
Senado Federal, Brasília/DF

CONVITE

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC/MPF) tem a honra de convidar para a audiência pública "Direitos dos Povos Ciganos" promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, em conjunto com a PFDC e a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, a ser realizada no dia 12 de dezembro de 2012, às 9h, em Brasília.

A audiência tem como objetivo dar visibilidade e inserir na agenda política as questões mais urgentes dos grupos e comunidades Calom, Rom e Sinti. Estarão em foco direito à saúde, à não discriminação, à assistência e previdência social, ao reconhecimento e valorização das suas expressões culturais.

As questões e sugestões apresentadas durante a audiência irão contribuir para atuação do Ministério Público Federal e demais instituições públicas convidadas, além de subsidiar proposta de Estatuto dos Povos Ciganos, que a Comissão de Direitos Humanos do Senado pretende propor ao parlamento. A ideia é, também, coletar informações que possam auxiliar a atividade de outras autoridades e instituições públicas no combate à discriminação aos povos ciganos no Brasil.

Data: 12/12/2012, 9h às 12h
Local: plenário II, anexo II, da ala Senador Nilo Coelho, no Senado Federal, Brasília/DF

Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão

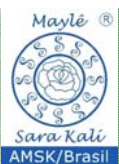
Realização:

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
CDH Senado Federal

PFDC

6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF

MPF



2013

Evento coordenado pela Secretaria de
Políticas para Comunidades Tradicionais
(SECOMT/SEPPIR)

Apoio:
MEC, MS, PFDC/MPF, MinC, SDH

Parceria:
AMSK/Brasil



2014/2015

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (SECADI/MEC) cria o **GT Ciganos** constituído por representantes dos Rom (Kaldarash, Lovara, Matchwaia, Horaranô, Boyasha) e Calon, Portaria SECADI/MEC nº 10 de 28 fevereiro de 2014, para implementação da Resolução CNE/CEB nº 3, de 16 maio de 2012, que institui as Diretrizes para o atendimento de educação escolar às populações em situação de itinerância, em especial às populações ciganas.



Resultado:

**Ciganos – Documento Orientador
para os Sistemas de Ensino**

2016

A Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP/MS) lançou durante a 287ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde, a cartilha de orientação aos gestores e trabalhadores de saúde sobre as especificidade e cuidados no atendimento da população de etnia cigana nos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS). Elaborada pelo Departamento de Apoio à Gestão Participativa (DAGEP) da SGEP/MS, em parceria com a Associação Internacional Maylê Sara Kalí (AMSK).



DESAFIOS

Diminuir o **Preconceito, o Racismo, e a Discriminação** com a promoção do fortalecimento das capacidades dos agentes públicos sobre o modo de vida e expressões culturais dos povos romani (ciganos).



DESAFIOS

Implementar o Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH-3)

Decreto nº 7.037, de 21 de Dezembro de 2009

Eixo Orientador III: Universalizar direitos em um contexto de desigualdades

Diretriz 7: Garantia dos Direitos Humanos de forma universal, indivisível e interdependente, assegurando a cidadania plena.

Objetivo estratégico III: Garantia do acesso à terra e à moradia para a população de baixa renda e grupos sociais vulnerabilizados.

Ações programáticas:

k) Garantir as condições para a realização de acampamentos ciganos em todo o território nacional, visando a preservação de suas tradições, práticas e patrimônio cultural.

IBGE

Dados Oficiais

Pesquisa de Informações
Básicas Municipais
(MUNIC 2014)

Tabela 2- Resultados da MUNIC 2009, 2011 e 2014: Existência de acampamento cigano e em área pública destinada a este fim

MUNIC	Acampamento Cigano	
	Existência no município	Em área pública destinada a este fim
2009	290	22
2011	291	40
2014	337	73

Fonte: VASCONCELOS, Marcia; RIBEIRO, José; COSTA, Elisa. Dados oficiais sobre os povos romani (ciganos) no Brasil - 2013.

IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC 2014)

Elaborado por: Associação Internacional Maylé Sara Kalí (AMSK/Brasil)

Publicação Online disponível em
www.amsk.org.br

DESAFIOS: Dados Oficiais

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) inserir no Censo 2020 a coleta de dados sobre os Povos Ciganos.



MDSA Programa Bolsa Família

Cadastro Único = 4.803
Famílias Ciganas

Beneficiárias PBF = 3.592

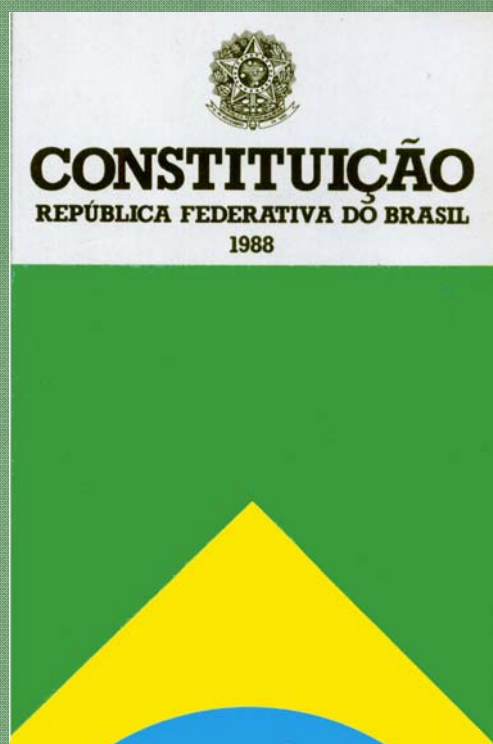
Total de Pessoas
Beneficiárias PBF = 11.976

Fonte: SAGI/MDSA Tabulador de Informações
do Cadastro Único, setembro/2016

Respeito e Garantia aos Direitos Humanos

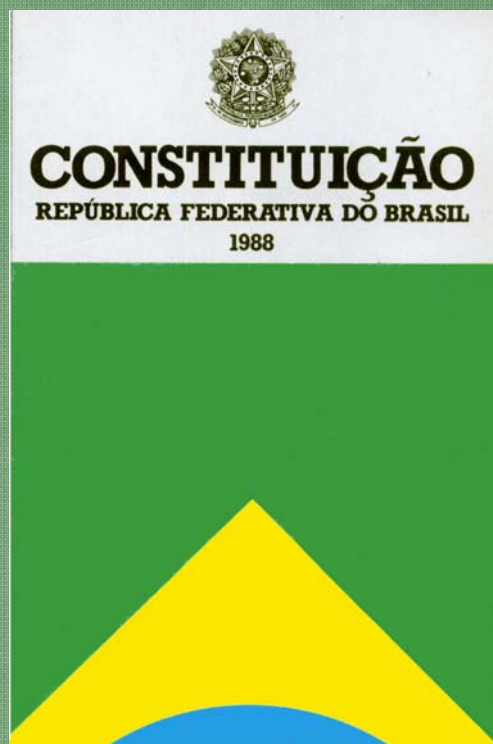
Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.



Respeito e Garantia aos Direitos Humanos

Que a herança de um povo
nunca seja a fome, a
miséria, o preconceito, o
racismo e a discriminação.





AMSK/BRASIL

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL MAYLÊ SARA KALÍ

Agradecemos

Lucimara Cavalcante
Associação Internacional
Maylê Sara Kalí (AMSK/Brasil)

www.amsk.org.br